



GÁS NATURAL AÇU INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ: 27.982.942/0001-79

Balancos patrimoniais em 31/12/2024 e 2023 (Em MR\$)				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2024 e 2023 (Em MR\$)							
	Nota	2024	2023	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes			Prejuízos acumulados	Total	
				Capital integralizar	Ágio e deságio na emissão de ações	Ganho/Perda na variação percentual em investida	Bônus de subscrição Siemens	Ajuste de avaliação patrimonial			
Ativo				650.822	(66)	429.341	(43.469)	13.200	(5.448)	(295.249)	749.131
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.654	10.849								
Contas a receber – partes relacionadas	10	103	793								
Adiantamentos		18	18								
Despesas antecipadas	9	5	5								
Impostos a recuperar	11	2	119								
I.R. e C.S. a recuperar	11	636	6.308								
Total do ativo circulante		2.422	18.092								
Não circulante											
Contas a receber – partes relacionadas	10	103.104	92.605								
Impostos a recuperar	11	1.800	1.648								
Participações societárias	12	79.949	378.047								
Imobilizado	13	856	856								
Intangível		1	1								
Total do não ativo circulante		185.710	473.158								
Total do ativo		188.132	491.250								
Passivo											
Circulante											
Fornecedores		25	73								
Salários e encargos a pagar	14	243	234								
Contas a pagar – partes relacionadas	10	350	1.045								
Impostos e contribuições a recolher	15	88	88								
I.R. e C.S. a recolher	15	345	5.345								
Total do passivo circulante		1.051	6.757								
Não circulante											
Impostos diferidos	16	24.726	24.726								
Total do passivo não circulante		24.726	24.726								
Patrimônio líquido											
Capital social		650.756	650.756								
Reservas de capital		349.563	353.720								
Outros resultados abrangentes		(45.390)	(53.564)								
Prejuízos acumulados		(792.574)	(491.145)								
Total do patrimônio líquido		162.355	459.767								
Total do passivo e patrimônio líquido		188.132	491.250								
Demonstrações dos resultados em 31/12/2024 e 2023 (Em MR\$)											
	Nota	2024	2023								
Receitas (despesas) operacionais											
Despesas gerais e administrativas	8	(3.679)	(3.512)								
Outros ganhos e perdas	19	2	16								
Outras receitas (despesas)		-	6								
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial		(3.677)	(3.490)								
Resultado financeiro											
Receitas financeiras	19	11.004	19.334								
Despesas financeiras	19	(24)	(48)								
Total resultado financeiro		10.980	19.286								
Resultado de equivalência patrimonial											
Resultado antes dos impostos	12	(306.272)	(206.347)								
I.R. e C.S. corrente	16	(2.460)	(5.345)								
Prejuízo líquido do exercício		(301.429)	(195.896)								
Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2024 e 2023 (Em MR\$)											
	2024	2023									
Prejuízo líquido do exercício		(301.429)	(195.896)								
Reconhecimento do hedge via equivalência		8.174	(4.647)								
Total do resultado abrangente do exercício		(293.255)	(200.543)								
Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2024 e 2023 (Em MR\$)											
	2024	2023									
Fluxos de caixa das atividades operacionais											
Prejuízo antes dos impostos		(298.969)	(190.551)								
Itens de resultado que não afetam o caixa:											
Depreciação e amortização		1	29								
Baixa do imobilizado		-	(6)								
Juros sobre mútuo		(10.499)	(10.530)								
Rendimento depósito bancário vinculado		-	(4.789)								
Outras perdas		(2)	(16)								
Resultado de equivalência patrimonial		306.272	206.347								
Resultado líquido ajustado		(3.197)	484								
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:											
Impostos a recuperar		2.166	(1.410)								
Despesas antecipadas		(4)	-								
Adiantamentos		-	(18)								
Contas a receber – partes relacionadas		692	(692)								
Fornecedores		(48)	23								
Contas a pagar – partes relacionadas		(695)	765								
Impostos e contribuições a recolher		(2.087)	(84)								
Salários e encargos a pagar		9	5								
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		(3.164)	(927)								
I.R. e C.S. pagos		(1.874)	(3.043)								
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(5.038)	(3.970)								
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos											
Aumento de capital – UTE GNA I		-	(72.902)								
Depósitos bancários vinculados		-	165.478								
Caixa líquido das atividades de investimentos			92.576								
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos											
Recompra de ações		(4.157)	(88.821)								
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		(4.157)	(88.821)								
Redução do caixa e equivalente de caixa		(9.195)	(215)								
No início do exercício		10.849	11.064								
No fim do exercício		1.654	10.849								
Redução do caixa e equivalente de caixa		(9.195)	(215)								
Notas explicativas às DFs											
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
<p>1 Contexto operacional: A Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. (“GNA Infra” ou “Cia.”), foi constituída em 2/05/2017, e em 21/08/2017 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Cia. que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado, alterando a razão social de Terminal de Regaseificação do Açú Ltda. para Gás Natural Açú Infraestrutura Ltda. Possui como controladora direta a Gás Natural Açú S.A. (“GNA HoldCo”) e controladora indireta Prumo Logística S.A. (“Prumo”). A GNA Infra possui investimento societário na UTE GNA I Geração de Energia S.A. (“UTE GNA I”), a Cia. e sua controladora tem como objetivo desenvolver compra e venda de gás natural liquefeito (“GNL”), processamento, beneficiamento e tratamento de gás natural (orçamento de produção offshore e de regaseificação de GNL), geração, transmissão e comercialização de energia e de capacidade elétrica e ainda intermediação na compra e venda de energia e de capacidade elétrica. A controladora em conjunto UTE GNA I opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atende às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) um terminal de regaseificação de GNL (“Terminal de Regaseificação”), o qual disponibiliza capacidade para importar gás natural para o Projeto UTE GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açú. A UTE GNA I faz parte do desenvolvimento do chamado “Açú Gás Hub”, localizado estrategicamente no nordeste do RJ, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos. A usina termelétrica da controladora em conjunto UTE GNA I, em conjunto com o Terminal de Regaseificação de GNL e a Linha de Transmissão 345kV, entraram em operação comercial, com as devidas autorizações regulatórias, em 16/09/2021. A partir de 01/2021 a UTE GNA I passou a contar com um novo acionista em sua estrutura societária, a SPIC Brasil Energia Participações S.A. (“SPIC”). Com a entrada da SPIC e diluição da participação societária da GNA Infra na UTE GNA I de 67% para 45%, constatou-se, de acordo com as normas contábeis, que houve a perda de controle da GNA Infra sobre sua investida. Pelos motivos citados, a GNA Infra passa a ter o controle compartilhado com os restantes acionistas. Desta forma, após a perda de controle, o investimento da GNA Infra na empresa UTE GNA I foi reavaliado a valor justo da transação. A UTE GNA I encontrava-se em discussão com a BP Gas Marketing (“bpGM”) – parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado por e entre a bpGM e a UTE GNA I, em 17/11/2017. A UTE GNA I cumpriu todas as obrigações previstas nos contratos celebrados com a bpGM. Nesse espírito, a UTE GNA I pagou, em 07/03/2022 e 11/03/2022, os valores em discussão para a bpGM, reservando-se ao direito de ser reembolsada de qualquer pagamento em valor superior ao devido, incluindo juros. No dia 29/07/2022 a UTE GNA I propôs procedimento arbitral contra a bpGM com o objetivo de discutir os valores cobrados pela bpGM e pagos provisoriamente pela UTE GNA I em relação a certas cargas de GNL utilizadas em atendimento às notificações de despacho do Operador Nacional do Sistema (“ONS”), no âmbito do LNG Sale and Purchase Agreement (“LNG SPA”) e do Short Term LNG Sale and Purchase Agreement (“Short Term LNG SPA”), ambos celebrados entre bpGM e a UTE GNA I. No dia 25/07/2024 a UTE GNA I recebeu a sentença final do procedimento arbitral movido contra a BP Gás Marketing Ltd. (“bpGM”). Com o resultado da sentença favorável a bpGM, a UTE GNA I realizou, em 20/12/2024, o pagamento dos gastos incorridos com o processo de arbitragem e dos gastos jurídicos da contraparte no processo arbitral, no valor de R\$ 33.523. A GNA Infra também trabalha no desenvolvimento de novos projetos, com o intuito de participar em futuros leilões de energia, de modo a viabilizar a implantação de outros empreendimentos. Licenças e autorizações: A controladora em conjunto UTE GNA I possui licenças ambientais preliminares para 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado. Descrição: Licença de Operação para Linha de Transmissão Açú-Campos de 345 kV, com aproximadamente 52 km de extensão e a subestação UTE Novo Tempo GNA II (UTE GNA I). Terminal de Regaseificação de gás natural liquefeito (TGNL), além da expedição de gás natural com capacidade de regaseificação de 21.000.000 Nm3/dia, localizado no Molhe Norte do Terminal 2 do Porto do Açú, compreendendo as seguintes unidades: Unidade de Armazenamento e Regaseificação (FSRU), estruturas de atracação e amarração de FSRU, LNG e rebocadores; sistema de descarregamento de gás natural a alta pressão, incluindo os braços de descarregamento marinhos, caixões, estradas, linhas de transferência de custódia; estação de medição de pressão; lançador e receptor de PIG; estação de tratamento de esgoto; sistemas de apoio (distribuição interna de água e combate a incêndio); estruturas de integração com as usinas termelétricas (gasoduto, sistema de captação e distribuição de água do mar, sistema de lançamento de efluentes); instalações administrativas. Documento: LO Nº IN051350 e LO Nº IN006540 AVB004490; Data de Emissão: 26/05/2020; Vigência: 26/05/2030; Descrição: Licença autoriza a operação da Usina Termelétrica UTE GNA I, a gás natural, com capacidade instalada de 1.338,3MW em ciclo combinado e sua infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água e unidade de dessalinização, prédios administrativos, oficina, contêineres, sala de estocagem e laboratório), além da realização de captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre, na FAZENDA SACO DANTAS, S/N, ÁREA 1 E ÁREA 2 – UTE GNA I – PRAIA DO AÇÚ, município SÃO JOÃO DA BARRA. Documento: LO Nº IN051787; Data de Emissão: 08/12/2020; Vigência: 08/12/2028. a. Continuidade operacional: A Cia. reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 301.429 para o exercício findo em 31/12/2024 e (R\$ 195.896 em 31/12/2023) e, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 1.371 (e R\$ 11.335 em 31/12/2023). A Administração não reconhece a incerteza sobre a capacidade futura de geração de fluxo de caixa operacional considerando: • Expectativa de aumento de capital a ser realizado de R\$ 6.512 para o 1º trimestre de 2025. • UTE GNA I: A UTE GNA I auferiu prejuízo líquido no montante de R\$ 665.703 para o exercício findo em 31/12/2024 (R\$ 476.030 em 31/12/2023), e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 134.545 (o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 225.337 em 31/12/2023). No</p>											

exercício de 2022, em decorrência de eventos não recorrentes, foi apurado o índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida (“ICSD”) abaixo do limite estabelecido em contrato no montante de 1,10 vezes. Tal situação foi devidamente tratada pela administração através de um aporte adicional de capital por parte dos acionistas em montante equivalente à sua participação acionária na Cia., incrementando o Capital Social na data de 20/04/2023, pelo valor de R\$ 162.400. Em 21/06/2023, o montante de dívida correspondente a um período de realização superior a 12 meses foi devidamente reclassificado para o passivo não circulante, como resultado de desconsideração do aporte de capital dos acionistas para cura do covenants, conforme mencionado acima. Em 31/05/2024 ocorreu o início do comissionamento de UTE GNA II, fato que permitiu um compartilhamento de custos operacionais de UTE GNA I e que trará, de forma gradual, uma melhoria na margem operacional da Cia.. Além disto, a margem operacional é positivamente impactada anualmente pelo efeito combinado de receitas fixas indexadas ao IPCA, balanceada por custos fixos e despesas gerais evoluindo abaixo da inflação. Por fim, a amortização do saldo devedor da dívida confere um perfil decrescente de gastos com juros a cada exercício. Em 3/01/2024, a Cia. obteve um empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 150.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A. A operação, realizada na modalidade “Notas Comerciais Escriturais”, possui prazo de 1 ano, custo de CDI + 2,25% e amortização única (“bullet”) no vencimento. Os recursos serão destinados unicamente ao pagamento de cargas de gás. Em 27/12/2024, o vencimento das Notas Comerciais foi prorrogado em 1 ano, encerrando assim em 05/01/2026. A avaliação dos fluxos de caixa futuros demonstra que a UTE GNA I terá geração de caixa gradativamente melhorada ao longo dos exercícios, e suficiente para pagamentos das parcelas da dívida e de seus compromissos de curto e longo prazos. Portanto, a Administração considera em sua melhor estimativa que o risco de ocorrência de quaisquer inadimplimentos e consequente continuidade operacional estão mitigados.

2 Empresas do grupo

Controlador em conjunto	País	Participação acionária
UTE GNA I Geração de Energia S.A. (UTE GNA I)	Brasil	44,89%

3 Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As DFs foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das DFs foi autorizada pela Administração da Cia. em 24/02/2025. Detalhes sobre as políticas contábeis da Cia. estão apresentadas na nota explicativa 7. **4 Base de mensuração:** As DFs foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **5 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **6 Uso de estimativas e julgamentos:** Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das DFs da Cia.. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, a análise de recuperação de certos valores dos ativos imobilizados, a avaliação do valor recuperável do I.R. e C.S. diferidos, dentre outros de sua controlada em conjunto que pode impactar o investimento reconhecido na Cia.. A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas DFs devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2024 e 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal está incluída: **Nota 13.1 – Avaliação de trigger e do teste para impairment:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis dos ativos, incluindo a recuperabilidade dos investimentos. **7 Políticas contábeis materiais:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. **a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber e partes relacionadas e derivativos. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão - para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Cia. deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cia. não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. **(ii) Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR. **a. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados método de equivalência patrimonial nas DFs individuais. **b. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes típicos) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens de acordo com o prazo de utilização esperada do ativo para a entidade. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes: Móveis e utensílios: 10 anos; Equipamentos de informática: 5 anos; Máquinas e equipamentos: 10 anos. **c. Intangíveis:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. A vida útil estimada do ativo intangível são: Licença de uso de Software: 5 anos. **d. Redução ao valor recuperável (“impairment”): Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **Ativos financeiros não-derivativos:** A Cia. reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. e. I.R. e C.S.: O I.R. e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para I.R. e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com I.R. e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de I.R. e C.S. corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesas de I.R. e C.S. diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de DFs e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. **f. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. **g. Receitas e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **h. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cia. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Cia. requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Cia. mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Cia. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Cia. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Cia. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é

evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Por mensuração e determinação do valor justo, a Cia. utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. **1. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Cia. pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a mo



GÁS NATURAL AÇU INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ: 27.982.942/0001-79

de R\$ 2.115,12 Participações societárias a. Participação societária

		2024						2023	
		Quantidade ações / quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado
UTE GNA I	44,89%	904.086	5.931.057	5.914.963	16.094	1.007.002	1.007.002	5.990	(2.003.900)
		2023		2022		2021		2020	
UTE GNA I	44,89%	904.086	5.877.551	5.197.392	680.159	1.007.002	1.007.002	(12.219)	(1.321.626)

Receitas financeiras		2024	2023
Juros sobre aplicações financeiras		287	8.465
Juros sobre mútuo		10.499	10.530
Juros ativos ou auferidos		218	339
Total		11.004	19.334

Resultado financeiro líquido
20 Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cia. a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Cia., os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Cia..

b. Movimentação dos investimentos

		Equivalência patrimonial		Ajuste de avaliação patrimonial		Integralização	
		2023	2024	2023	2024	2023	2024
Investida direta		378.047	378.047	(306.272)	(306.272)	8.174	8.174
UTE GNA I (*)		378.047	378.047	(306.272)	(306.272)	8.174	8.174
Total		378.047	378.047	(306.272)	(306.272)	8.174	8.174

		Equivalência patrimonial		Ajuste de avaliação patrimonial		Integralização	
		2022	2023	2022	2023	2022	2023
Investida direta		516.139	516.139	(206.347)	(206.347)	72.901	72.901
UTE GNA I		516.139	516.139	(206.347)	(206.347)	72.901	72.901
Total		516.139	516.139	(206.347)	(206.347)	72.901	72.901

(*) O valor de R\$ 72.723 faz parte do saldo inicial e refere-se ao ajuste do valor justo pela venda da participação da empresa UTE GNA I que ocorreu em janeiro de 2021. (***) Equity cure – Conforme mencionado na nota 1 continuidade operacional referente ao atendimento índice de cobertura de dívida ("ICSD") do exercício de 2022, os acionistas subscreveram e integralizaram em 20/04/2023 o montante de R\$ 162.400 nas contas de capital social e reserva de capital. **Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes ("impairment"):** De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia a recuperabilidade dos seus ativos quando existem indicativos de desvalorização, de forma a verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Em 30/09/2023, em decorrência do voto no STF pela constitucionalidade da contribuição do FEEF/FOT e consequente aumento dos custos da UTE GNA I, a Cia. procedeu avaliação de recuperabilidade do seu investimento na controlada em conjunto. Na data base da avaliação a Cia. utilizou o valor em uso tendo como base as principais premissas listadas abaixo que inclui fatores internos e externos: • Cenário macroeconômico do país; • Período do fluxo de caixa de 21 anos e 3 meses; • Taxa de desconto efetiva – considerando o custo médio ponderado de capital "WACC" de 8,59% em 2023 (rolling WACC). O WACC deriva de um custo de capital próprio efetivo "ke" de 12,17% em 2023 (rolling ke) e um custo de capital de terceiros, após descontos de impostos "kd" de 7,07% em 2023 (rolling kd). O custo de capital próprio, por sua vez, foi obtido através de um modelo CAPM que considerou uma amostra de empresas do mesmo segmento e seus respectivos riscos "Unlevered Beta". A projeção da estrutura de capital utilizada para alavancagem do índice beta foi a mediana da estrutura das empresas contidas na amostra supracitada. Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no último ciclo orçamentário da UTE GNA I. Este exercício financeiro é realizado anualmente e contempla a avaliação e atualização de premissas de custos operacionais, custos financeiros e receitas, incluindo volume de despacho, para toda a vigência do CCEAR (Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado). Estes valores são atualizados no modelo financeiro da UTE GNA I onde são realizadas as projeções de resultados a nível de balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e fluxo de caixa. Para o longo prazo o modelo financeiro da UTE GNA I considera os valores base do exercício orçamentário sendo reajustados com base em suas premissas contratuais específicas e índices projetados nos cenários macroeconômicos adotados, até a data fim dos CCEARs, maio de 2044. Em 31/12/2024, a UTE GNA I realizou, conforme as disposições da Norma Brasileira de Contabilidade CPC 01 – "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", a avaliação anual dos indicadores de desvalorização. Durante esse processo, não foram identificadas mudanças nas premissas que pudessem gerar impacto relevante na análise de recuperabilidade do ativo, exceto pela redução na previsão de despacho térmico da UTE GNA I. No entanto, após avaliação dos impactos dessa premissa, não foi identificado nenhum indicativo de que os ativos tenham sofrido desvalorização no período. Diante dessa análise, a UTE GNA I concluiu que não há necessidade de realizar o teste de impairment, uma vez que não foram encontrados indicativos de que o valor contábil de quaisquer ativos exceda seus valores recuperáveis.

13 Imobilizado

	Gastos de desenvolvimento de projetos		Equipamentos de TI		Total
	2024	2023	2024	2023	
Saldo em 1º/01/2023			857	21	878
Baixas			(1)	7	6
Depreciação			-	(28)	(28)
Saldo em 31/12/2023			856	-	856
Custo			856	217	1.073
Depreciação acumulada			-	(217)	(217)
Saldo em 31/12/2023			856	-	856
Custo			856	217	1.073
Depreciação acumulada			-	(217)	(217)
Saldo em 31/12/2024			856	-	856
			-	20%	

14 Salários e encargos a pagar

Passivo circulante		2024	2023
Gratificações a pagar		124	120
Férias		63	61
Encargos sobre férias		44	43
INSS		6	5
FGTS		6	5
Total		243	234

15 Impostos e contribuições a recolher

Passivo circulante		2024	2023
Impostos e contribuições a Recolher		18	16
I.R. retido na fonte ("IRRF")		69	43
PIS/COFINS a recolher			

PIS/COFINS/CSLL - Retenção

		2024	2023
I.R. e C.S. a recolher		88	60
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL") (i)		345	5.345
Total		433	5.405

(i) Em 31/12/2024 houve a compensação do ativo referente ao I.R. e C.S. no montante de R\$ 2.115,16 Impostos diferidos: Saldo de impostos diferidos ativos e passivos:

		2024	2023
Impostos diferidos passivo Remensurações participação valor justo		24.726	24.726
Total		24.726	24.726

Conciliação da alíquota de imposto efetiva

		2024	2023
Prejuízo contábil antes dos impostos		(298.969)	(190.551)
Alíquota I.R. e C.S.		34%	34%
Total		101.649	64.787

I.R. e C.S. (base x alíquota)

		2024	2023
Adições permanentes:			
Equivalência patrimonial		(104.132)	(70.156)
Créditos fiscais não reconhecidos		(1)	-
Adicional IRPJ		24	24
Total do I.R. e C.S. do exercício		(2.460)	(5.345)

Corrente

		2024	2023
Aliquota efetiva		0,82%	2,81%

17 Patrimônio líquido

		2024	2023
Acionistas			
GNA HoldCo (i)		7.557	93.02%
Siemens Energy (i)		567	6,98%
Total		8.124	100,00%

(i) Na AGE de 02/10/2024, foi conveniado o cancelamento de até 526 ações pelo preço de ação de R\$ 138.565,92, onde no exercício de 2024 foram canceladas 30 ações, que totalizam R\$ 4.157, pagas no exercício de 2024. Estas ações canceladas eram referentes ao saldo disponível em caixa da Cia.. Esta parcela foi integralmente reduzida na linha de reserva de capital, informada na nota 17 letra b. O capital social não foi alterado. a. **Capital social:** Em 31/12/2024 e 31/12/2023, o capital social da Cia. é de R\$650.756, representado por 8.124 (8.154 em 31/12/2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme demonstrado no quadro abaixo:

		2024	2023
Acionista			
GNA HoldCo		566.823	83.933
Siemens Energy		81.224	650.756
Total		648.047	1.484.689

Saldo em 31/12/2024 e 31/12/2023

J. Reserva de capital: Em 31/12/2024, a reserva de capital da Cia. é de R\$ 349.563 (R\$ 345.720 em 31/12/2023) onde a GNA HoldCo possui o montante de R\$ 341.595 (R\$ 345.461 em 31/12/2023) e a Siemens R\$ 7.968 (R\$ 8.259 em 31/12/2023). As movimentações de Reserva de Capital no exercício estão demonstradas conforme abaixo:

		2024	2023
Acionista			
GNA HoldCo		428.083	14.458
Siemens		(79.012)	(5.929)
Total		349.071	8.529

Perda na variação percentual em investida (i) (43.469) (43.469)
Ajuste de avaliação patrimonial (ii) (1.921) (10.095)
Total (45.390) (53.564)

(i) corresponde a parcela dos ajustes reflexos de investidas e efeitos patrimoniais da operação com a Siemens Participações em novembro de 2020; (ii) corresponde a parcela do hedge da UTE GNA I reconhecido via efeito reflexo da equivalência na GNA Infra.

18 Despesas gerais e administrativas

		2024	2023
Pessoal		(2.744)	(2.499)
Consultoria e auditoria		(303)	(339)
TI e Telecom		(351)	(322)
Serviços administrativos		(64)	(76)
Depreciação e amortização		(1)	(30)
Despesas jurídicas		(45)	(86)
Outros		(171)	(160)
Total		(3.679)	(3.512)

19 Resultado financeiro

		2024	2023
Despesas financeiras		(2)	(3)
Despesas bancárias		-	(42)
Comissões e corretagens		(2)	(3)
IOF		(20)	-
Juros e multas		(24)	(48)

k. Dividendos: As ações da Cia. participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, JSCP e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Nos exercícios findos em 31/12/2024 e 2023, a Cia. apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

20 Resultados abrangentes

		2024	2023
Perda na variação percentual em investida (i)		(43.469)	(43.469)
Ajuste de avaliação patrimonial (ii)		(1.921)	(10.095)
Total		(45.390)	(53.564)

(i) corresponde a parcela dos ajustes reflexos de investidas e efeitos patrimoniais da operação com a Siemens Participações em novembro de 2020; (ii) corresponde a parcela do hedge da UTE GNA I reconhecido via efeito reflexo da equivalência na GNA Infra.

21 Despesas gerais e administrativas

		2024	2023
Pessoal		(2.744)	(2.499)
Consultoria e auditoria		(303)	(339)
TI e Telecom		(351)	(322)
Serviços administrativos		(64)	(76)
Depreciação e amortização		(1)	(30)
Despesas jurídicas		(45)	(86)
Outros		(171)	(160)
Total		(3.679)	(3.512)

22 Despesas gerais e administrativas

		2024	2023
Despesas Gerais		1.413	1.437
Despesas Administrativas		1.413	1.437
Total resultado		1.413	1.437

Gastos com viagens e estadias, transportes, locação de veículos, consultoria jurídica e benefícios funcionário.

Emmanuel Charles Delfosse - Diretor Presidente;
Gustavo Artur Ciocca Zeno - Diretor Financeiro;
Fábio Herlain de Cerqueira - Contador - CRC: 106747/O-7 RJ

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. RJ - RJ. Opinião: Examinamos as DFs da Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. ("Cia."), que compreende o balanço patrimonial em 31/12/24 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gás Natural Açú Infraestrutura S.A em 31/12/24, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas DFs:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional da Cia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 25/02/2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Juliana Ribeiro de Oliveira - Contadora CRC RJ-095335/O-0